



**CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 3 DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
PENAMACOR NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezassete, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares. -----

O Senhor Presidente referiu que face à declaração de renúncia apresentada pela senhora vereadora Ilídia Alves Cruchinho Léle, foi convocado o elemento seguinte na lista de candidatos à Câmara Municipal pela lista do Partido Socialista, nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, que é a cidadã Anabela Castilho Campos, titular do Cartão de Cidadão número 13437696, válido até 18/11/2018. Após as formalidades conducentes ao ato de posse, passou a fazer parte do executivo da Câmara Municipal, tomando parte na presente reunião. -----

A reunião tem a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 13/2017 e Alteração às Grandes Opções do Plano N.º 12/2017; -----
2. Proc. N.º MA - 09/2017 – Aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de Mão de Obra e Plano de Pagamentos da Empreitada: “Requalificação do Centro de Saúde de Penamacor; -----
3. Alteração ao Modelo de estrutura orgânica da Câmara Municipal de Penamacor para o ano de 2018; -----
4. Apreciação e Aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) para 2018; -----
5. Compromissos Plurianuais – Ano de 2018; -----
6. Apreciação e Aprovação do Mapa de Pessoal e Organograma para 2018; ----
7. Regulamento de Organização de Serviços para 2018; -----
8. Aprovação de Minuta de Contrato – Aquisição de Energia Elétrica; -----
9. Protocolo de Cooperação com a Júnior Achievement Portugal - 2017/2018; --

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

**10.** Atribuição de Apoio Financeiro à Santa Casa da Misericórdia do Fundão – Academia de Música e Dança do Fundão; -----

**11.** Participação no IRS em 2018; -----

**12.** AMCB – Comparticipação Nacional de Projetos Aprovados; -----

**13.** Proposta de Atualização de Taxas, Tarifas e outras Receitas a aplicar em 2018; -----

**14.** Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Domingos Manuel Bicho Torrão, Sandra Maria Pires Vicente e Anabela Castilho Campos comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 8 de novembro do ano de dois mil e dezassete, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

**O Sr. Vereador Domingos Torrão** deu as boas vindas à nova vereadora, Anabela Castilho Campos, desejando que trabalhe em prol e defesa do concelho. -----



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

**O Sr. Presidente António Soares** felicitou os elementos do novo mandato, esperando que todos trabalhem em conjunto, contribuindo da melhor forma para o desenvolvimento do concelho. -----

Deu conhecimento de que as obras de requalificação do Centro de Saúde de Penamacor estão em curso, tendo já o visto do Tribunal de Contas. As mesmas visam modernizar os espaços, nomeadamente a mobilidade, eficiência energética e telecomunicações. Informou também que após o término das obras, o Centro de Saúde ficará dotado de uma ala de fisioterapia. -----

Convidou os senhores vereadores e a comunicação social para a inauguração da Vila Madeiro a ter lugar no dia 7 de dezembro pelas 15h. -----

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----**

#### **1 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 13/2017 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 12/2017. -----**

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 16 de novembro de 2017, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----

#### **2 – PROC. N.º MA – 09/2017- APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS, PLANO DE EQUIPAMENTO, PLANO DE MÃO DE OBRA E PLANO DE PAGAMENTOS DA EMPREITADA: “REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE PENAMACOR”. -----**

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em deliberação de Reunião de Câmara a aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de Mão de Obra e Cronograma Financeiro, uma vez que a empreitada foi adjudicada por um valor contratual superior a € 149 639,37. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente informação n.º 299/2017, de 8 de novembro de 2017, Plano de Trabalhos, Plano de Mão de Obra, Plano de Equipamentos e Plano de Pagamentos. -----

**PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO:** -----

1 – Aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de Mão de Obra e Plano de Pagamentos, apresentado pela sociedade José António Parente, Lda., referente à empreitada “Requalificação do Centro de Saúde de Penamacor”. -----

2 - Autorização para notificar o adjudicatário da aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de Mão de Obra e Plano de Pagamentos. -----

3 - Aprovação em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **3 – ALTERAÇÃO AO MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR PARA O ANO DE 2018.** -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Nos termos das disposições conjugadas da alínea m) do nº 1 do artigo 25º com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é ao órgão deliberativo que compete, por proposta do órgão

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

executivo, aprovar a criação ou reorganização dos serviços municipais, sendo que o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais se encontra previsto no Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro. -----

Por deliberação da Assembleia Municipal do dia 15 de setembro, por proposta da Câmara Municipal de 1 de setembro, foi deliberada a manutenção em 2018 do modelo de estrutura orgânica (hierarquizada) com o máximo de 3 unidades orgânicas flexíveis e 3 subunidades orgânicas. Interessa, entretanto, reajustar a organização dos serviços por forma a rentabilizar melhor os recursos disponíveis. Refletindo-se essas opções no mapa de pessoal a propor, torna-se necessário promover alguns ajustes que pressupõem alteração à anterior deliberação. -----

Pretende-se, pois, que seja alterada a deliberação do órgão Executivo tomada no passado dia 1 de setembro para, em consequência, ser proposto à Assembleia Municipal que delibere alterar a estrutura orgânica aprovada para 2018 na sessão de 15 de setembro. -----

Nestes termos proponho que seja deliberado, no exercício da competência prevista na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ao abrigo do artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, alterar a deliberação do dia 1 de setembro em sede de organização dos serviços para 2018, para submissão à aprovação da Assembleia Municipal atendendo à sua competência para aprovar a criação e reorganização dos serviços municipais prevista na alínea m) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Em consequência, proponho que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal que, mantendo como modelo de estrutura orgânica a adotar em sede de organização interna dos serviços da Câmara Municipal de Penamacor para o ano de 2018, uma estrutura hierarquizada nos termos da competência prevista na alínea a) do artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, aprove como número máximo, ao abrigo da competência prevista na alínea c) do artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro e nos termos da alínea c) do nº 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei nº 49/2012, de

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

29 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 82-B/2014, de 31.12 e a Lei n.º 42/2016, de 28.12., a criação pela Câmara Municipal de 4 unidades orgânicas flexíveis destinadas a ser dirigidas por dois chefes de divisão municipal, um dirigente intermédio de 3º grau e um dirigente intermédio de 4º grau. -----

Deverão manter-se as anteriores deliberações que, nos termos da competência prevista na alínea d) do artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, definiram o máximo de 3 subunidades orgânicas destinadas a ser dirigidas por coordenadores técnicos, a criar/manter por Despacho do Senhor Presidente da Câmara como determina o artigo 8º do mesmo diploma”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **4 – APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR) PARA 2018. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No exercício da competência prevista na alínea c) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, cabe à Câmara Municipal elaborar as opções do plano e a proposta de orçamento e submetê-las à aprovação da Assembleia Municipal. Por sua vez, a competência atribuída à Assembleia Municipal para aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, está prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 25º da mesma Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Dispõe o artigo 27º do mesmo diploma, no seu nº 1, que a Assembleia Municipal reúne ordinariamente em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro. Ora, resulta do nº 2 do mesmo artigo 27º que as opções do plano e a proposta de orçamento serão aprovados pelo órgão deliberativo na sessão de novembro, sendo que esta poderá também ter lugar em dezembro de acordo com o nº 1 atrás referido. -----



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Sucedde que, por força do calendário orçamental que veio a ser definido pelo artigo 45º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a Câmara Municipal tem de apresentar a proposta de orçamento à Assembleia Municipal até 31 de outubro, sendo que, nos casos em que as eleições para o órgão executivo municipal ocorram entre 30 de julho e 15 de dezembro, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte é apresentada no prazo de três meses a contar da data da respetiva tomada de posse. -----

Como tal, propõe-se que seja deliberado: -----

1 – Aprovar as Grandes Opções do Plano e a Proposta de Orçamento para 2018, documentos que se anexam e fazem parte da presente proposta, no exercício da competência prevista na alínea c) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12.9, para que sejam remetidas à Assembleia Municipal para cumprimento do disposto no artigo 45º da Lei nº 73/2013, de 3.9; -----

2 – Aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos e para os efeitos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que seja desde logo eficaz e remetida ao órgão deliberativo no prazo previsto no artigo 45º da Lei nº 73/2013, de 3.9”. -----

O Senhor Presidente fez uma breve apresentação dos documentos referentes ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018. -----

O orçamento proposto para o ano de 2017 totaliza €13.937.801,00, correspondendo a um aumento de 15,22% comparativamente com o orçamento de 2017, sendo que as receitas correntes previstas são no valor de €9.581.550,00 e as receitas de capital previstas no valor de €4.355.951,00. As despesas correntes previstas no montante de €7.218.468,00 e as despesas de capital no montante de €6.719.333,00. -----

Disse que o Município de Penamacor pretende dar continuidade à realização dos diversos projetos transversais para o concelho, nomeadamente os projetos financiados pelo Portugal 2020. -----

O senhor vereador Domingos Torrão referiu faltar no Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018 estímulo ao investimento e à fixação de pessoas no concelho, podendo o município aproveitar algumas iniciativas de modo a



## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

facilitar e apoiar jovens que se queiram instalar no concelho. -----

-

O Senhor Presidente esclareceu que há vários anos não era apresentado um orçamento tão direcionado para a componente de criação de emprego, designadamente com a ampliação da Zona Industrial de Penamacor e a criação de uma Incubadora de Base Tecnológica. -----

A proposta foi aprovada por maioria, com a abstenção do senhor vereador Domingos Torrão. -----

A presente proposta foi aprovada em minuta nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **5 – COMPROMISSOS PLURIANUAIS – ANO DE 2018.**-----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Dispõe o artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, que a abertura de procedimento relativo a despesa que dê lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização do órgão deliberativo, salvo quando: -----

- a) Resulte de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----
- b) O respetivo encargo não exceda o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da contração, e o prazo de execução de três anos. -----

Por outro lado, dispõe a alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da respetiva forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

Acresce o que dispõe o artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho, o qual estabelece que a referida autorização prévia a conceder pelo órgão deliberativo para efeitos de assunção ou reprogramação de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação anual das Grandes Opções do Plano.

Ora, consta da Ordem de Trabalhos da presente reunião do Executivo a proposta para aprovação dos documentos previsionais para o exercício de 2018. Importa por isso promover também a aprovação de proposta para solicitação à Assembleia Municipal de autorização prévia para assunção ou reprogramação de compromissos plurianuais para o próximo ano, conforme o previsto nas disposições legais atrás mencionadas e no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Assim, propõe-se, quanto aos compromissos plurianuais a assumir no ano de 2018: -----

a) Que, ao abrigo do artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho, da redação dada pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho, e para efeitos da aplicação da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, seja deliberado propor à Assembleia Municipal de Penamacor que delibere conceder autorização prévia genérica favorável para a assunção ou reprogramação de compromissos plurianuais relativamente a pagamentos que resultem de projetos ou ações previstos nas Grandes Opções do Plano para 2018, excetuando os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa. -----

b) Que, por referência ao previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, seja deliberado solicitar à Assembleia Municipal que, na autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, abranja



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

ainda os encargos que, não estando previstos no PPI, não excedam porém o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e prazo de execução de três anos; -----

-

c) Que seja deliberado, também, propor à Assembleia Municipal que delibere que a assunção ou reprogramação de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos das alíneas anteriores, só poderá fazer-se quando sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. -----

d) Que seja deliberado, ainda, remeter à Assembleia Municipal, em cada uma das suas sessões ordinárias, listagem com informação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida”. ---

A proposta foi aprovada por maioria, com a abstenção do senhor vereador Domingos Torrão. -----

A presente proposta foi aprovada em minuta nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

## **6 – APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL E ORGANOGRAMA PARA 2018. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“O regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais encontra-se previsto no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, devendo atender-se em matéria de estruturação de serviços também ao disposto na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 82-B/2014, de 31.12 e a Lei n.º 42/2016, de 28.12. Por outro lado, nos termos das disposições conjugadas da alínea m) do n.º 1 do artigo 25º com a alínea ccc) do n.º 1 do

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete ao órgão deliberativo por proposta do órgão executivo, aprovar a criação ou reorganização dos serviços municipais. -----

Para efeitos da preparação da proposta de mapa de pessoal, organograma e regulamento de organização dos serviços, são necessariamente tidos em conta os modelos de organização interna, os quais devem ser oportunamente aprovados pela Assembleia Municipal por proposta da Câmara Municipal. Ou seja, a preparação do mapa de pessoal, do organograma e do regulamento de organização dos serviços depende da definição prévia do modelo de estrutura orgânica que o Executivo pretenda implementar e da fixação do número máximo de unidades e subunidades orgânicas que interesse prever. -----

Neste contexto, foi o modelo de estrutura orgânica para 2018 aprovado pela Assembleia Municipal em 15 de setembro último, por proposta da Câmara Municipal de 1 de setembro. Entende o Executivo que se justificam alguns ajustes ao modelo então aprovado, encontrando-se a promover as respetivas alterações a aprovar pelos órgãos competentes. -----

No que concerne à organização interna dos serviços, mantém-se o modelo de estrutura hierarquizada, nos termos da alínea a) do artigo 6º e da alínea a) do nº 1 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro. Nos termos da alínea c) do nº 1 e do nº 2 do artigo 4.º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei nº 82-B/2014, de 31.12 e a Lei nº 42/2016, de 28.12., foi proposto à Câmara Municipal que delibere na presente reunião propor ao órgão deliberativo a criação do máximo de 4 unidades orgânicas flexíveis destinadas a ser dirigidas por dois chefes de divisão municipal, um dirigente intermédio de 3º grau e um dirigente intermédio de 4º grau, ao abrigo da competência prevista na alínea c) do artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro. -----

Aprovadas que sejam tais deliberações, importa desenvolver os instrumentos e ferramentas de gestão dos recursos humanos para 2018. Ora, resulta do artigo 28º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, que no planeamento da atividade e gestão de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

recursos humanos se inclui o mapa de pessoal, o qual deve acompanhar a proposta de orçamento. Isto é, no que respeita à gestão de recursos humanos torna-se necessário, aquando da elaboração do orçamento, em obediência aos procedimentos e regras previstas no artigo 28º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, que se proceda ao planeamento das atividades, de natureza permanente ou temporária, que deverão ser desenvolvidas ao longo do ano e durante a execução orçamental. O mapa de pessoal acompanha e é aprovado nos mesmos termos em que se aprova a proposta de orçamento, ou seja, anualmente e mediante aprovação pela Assembleia Municipal por proposta da Câmara, em conformidade com as disposições conjugadas da alínea o) do nº 1 do artigo 25º com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Embora deva acompanhar a proposta de Orçamento, o Mapa de Pessoal constitui um documento previsional distinto. -----

Neste enquadramento, no seguimento do modelo de estrutura orgânica aprovado pelo órgão deliberativo na sessão de 15 de setembro com as alterações que serão propostas na próxima sessão da Assembleia Municipal, e considerando as restantes deliberações sobre a matéria e ainda o Despacho deste dia 30 de novembro, que determina a criação/manutenção de 3 subunidades orgânicas, proponho à Câmara Municipal: -----

I – Que delibere, no uso da competência própria prevista no artigo 7º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, a criação/manutenção das seguintes 4 unidades orgânicas flexíveis: -----

1 – Divisão Administrativa e Financeira destinada a ser dirigida por um chefe de divisão municipal (dirigente intermédio de 2º grau); -----

2 – Divisão de Obras destinada a ser dirigida por um chefe de divisão municipal (dirigente intermédio de 2º grau); -----

3 – Unidade de Planeamento, destinada a ser dirigida por um dirigente intermédio de 3º grau. -----

4 – Serviços Externos, destinados a ser dirigidos por um dirigente intermédio de 4º grau. -----



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

II – Que, tendo em consideração que no mapa de pessoal deverão estar contemplados os postos de trabalho existentes tendo em conta o número de trabalhadores em funções no organismo e previstos os postos de trabalho julgados necessários à execução das atividades previstas e aprovadas no respetivo plano, com a correspondente previsão orçamental das verbas destinadas a suportar as despesas com o pessoal, delibere aprovar o projeto de mapa de pessoal para o ano de 2018, assim como o respetivo organograma, documentos que se anexam e fazem parte integrante da presente proposta, para que sejam remetidos à Assembleia Municipal para aprovação, por ser o órgão competente para aprovar o mapa de pessoal, nos termos da alínea o) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **7 – REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA 2018. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Tendo em conta as decisões e orientações de gestão definidas pelo Executivo, traduzidas no projeto de mapa de pessoal e organograma cuja aprovação é proposta nesta mesma reunião, foi elaborado projeto de regulamento de organização dos serviços. -----

Assim, em complemento à proposta de Mapa de Pessoal e Organograma para 2018, proponho que, nos termos das disposições conjugadas da alínea m) do nº 1 do artigo 25º com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos de posterior envio à Assembleia Municipal, seja deliberado aprovar o Projeto de Regulamento de Organização dos Serviços para 2018, que se anexa”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_

### **8 – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO – AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.** -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando, face à legislação em vigor, a necessidade de promover a contratação em mercado liberalizado, do fornecimento de energia elétrica em Baixa Tensão especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) para as diversas instalações de consumo do Município de Penamacor (incluindo as instalações de iluminação pública); -----

Considerando que na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Penamacor do dia 30 de setembro de 2016 foi aprovada proposta da Câmara Municipal do dia 23 de setembro de 2016, pela qual foi concedida autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar para o fornecimento de energia elétrica, de acordo com o previsto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março; -----

Considerando, ainda, que na mesma reunião da Câmara Municipal do dia 23 de setembro de 2016 foi aprovado o protocolo a celebrar entre a ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior, a AMCB – Associação de Municípios da Cova da Beira e os Municípios de Penamacor, Gouveia, Belmonte e Trancoso, autorizada a abertura e o tipo de procedimento que decorreu sob a forma de concurso público e designou a ENERAREA como representante do Agrupamento, delegando-lhe as competências necessárias para promover e praticar todos os atos e procedimentos necessários com vista ao lançamento do concurso, nos termos previstos nas cláusulas 4.ª e 8.ª do Protocolo já referido, -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Informou a ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior, através do ofício 087/2017, de 30.08. 2017 (anexo à presente proposta), que se encontra na fase de adjudicação o concurso público para “Fornecimento de Energia Elétrica para os Municípios de Gouveia, Penamacor, Belmonte e Trancoso”, aberto pela ENERAREA ao abrigo do protocolo celebrado. -----

No mesmo ofício solicita a ENERAREA que seja aprovada pelo Município de Penamacor a minuta do contrato a celebrar com vista ao fornecimento de energia elétrica às instalações e equipamentos do Município. -----

Pelo exposto, tendo em conta que nos termos do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, a minuta de contrato está sujeita à aprovação da entidade com competência para a decisão de contratar, que no caso em apreço é o órgão executivo, proponho à Câmara Municipal o seguinte: -----

- Que delibere aprovar a minuta de contrato que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante, relativa ao fornecimento de energia elétrica às instalações e equipamentos do Município, no seguimento do concurso público para aquisição de energia elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal para as instalações do Município de Penamacor”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **9 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A JÚNIOR ACHIEVEMENT PORTUGAL – 2017/2018. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Reconhecendo que a aposta na educação das crianças e jovens do concelho é fator preponderante para o desenvolvimento do próprio concelho, o Município de Penamacor tem vindo a disponibilizar, ao longo dos últimos anos, apoios diversos aos alunos a frequentar os vários níveis de ensino, nomeadamente no



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

que diz respeito ao serviço de transportes, fornecimento das refeições e participação nos manuais escolares. -----

Considerando também que urge dar resposta à crescente e progressiva transferência de competências da administração central para a administração local, no que em matéria de educação diz respeito, o Município de Penamacor tem assumido o compromisso social de se reorientar no sentido de territorializar as políticas educativas. Assim, o Município de Penamacor tem orientado a sua atuação não só na atribuição de vários apoios escolares, já regulamentados, mas também na implementação de medidas que visam a promoção do sucesso escolar. -----

Cumprindo esse propósito, foi apresentada pelo Município de Penamacor - através da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIM BB) - uma candidatura ao programa de financiamento Portugal 2020 - Programa Operacional Capital Humano (POCH), cujo principal objetivo se centra na redução e prevenção do abandono escolar precoce e na promoção do sucesso educativo, resultado das recomendações da Resolução do Conselho de Ministros nº23/2016, 11 de abril. -----

Com a elaboração da referida candidatura desenhou-se o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), baseado na tipologia de Programa “Medidas educativas orientadas para a promoção da inclusão, do sucesso educativo e para a prevenção do abandono escolar” (alínea d, do artigo 30º da Portaria nº60-C/2015, 2 de março), na qual se incluíram um conjunto de atividades devidamente ajustadas ao contexto escolar local e que foram planeadas e orçamentadas para o triénio 2017-2019. -----

Assim, uma das atividades a desenvolver no ano letivo 2017/2018 designa-se “Educação para a Cidadania e Empreendedorismo” cujo objetivo geral consiste em prevenir o abandono e insucesso escolar, aproximando os alunos à sua comunidade e enriquecendo o seu percurso escolar através de novos modelos de aprendizagem colaborativa, bem como a autoaprendizagem. Destinada aos alunos do ensino básico e secundário, esta atividade prevê o desenvolvimento





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

da capacidade empreendedora e de atitudes favoráveis à educação para a cidadania. -----

Para a realização da referida atividade tem-se contado com o apoio e colaboração da Associação *Junior Achievement Portugal*, cuja missão passa por desenvolver nas crianças e jovens, a capacidade empreendedora, a criatividade, a inovação e o gosto pelo risco em tomadas de decisões de percursos tanto formativos como profissionais. -----

Para estabelecer uma parceria sólida, de forma a tornar possível a realização da atividade acima descrita, elaborou-se o Protocolo de Cooperação, que se anexa à presente proposta. -----

Assim, propõe-se: -----

1. Que se delibere sobre a aprovação do Protocolo de Cooperação entre o Município de Penamacor e a *Junior Achievement Portugal*, no qual figuram os objetivos, os princípios gerais de cooperação, as responsabilidades de cada parte, a cooperação financeira, bem como outras disposições; -----

2 – Que seja aprovada em minuta a presente deliberação, nos termos e para os efeitos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. ---  
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **10 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO FUNDÃO – ACADEMIA DE MÚSICA E DANÇA DO FUNDÃO. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“É atribuição dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente em matéria de educação e ocupação de tempos livres, consagrada no artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

É interesse do executivo garantir às crianças e jovens do concelho uma oferta educativa alargada, que inclua o ensino da música. A Academia de Música e



## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Dança do Fundão tem desempenhado um importante papel neste contexto, através da dinamização do Polo de Música de Penamacor. -----

Assim, nos termos da competência prevista na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho: -----

Que na sequência do protocolo aprovado na reunião de câmara de 07/05/2014 entre o Município de Penamacor e a Santa Casa da Misericórdia do Fundão, seja deliberado atribuir um subsídio no montante de € 9.070,60 (nove mil e setenta euros e sessenta cêntimos) como prevê a alínea c) do nº 1 da cláusula 4ª do referido protocolo. -----

Que seja deliberado aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos e para os efeitos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que seja desde logo eficaz”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **11 – PARTICIPAÇÃO NO IRS EM 2018.** -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Nos termos do artigo 26º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o município tem direito a uma participação anual variável, até ao limite de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior. -----

A participação no IRS depende de deliberação sobre a percentagem pretendida pelo município, a qual tem de ser comunicada à Autoridade Tributária até ao dia 31 de dezembro, sendo que a falta de comunicação equivale à falta de deliberação e acarreta a perda do direito, por parte do município, à participação variável no IRS. -----

Como tal, deve ser promovida a aprovação pelo executivo de proposta para deliberação no que respeita à taxa da participação municipal no IRS, por forma



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

a dar cumprimento ao prazo legalmente previsto para comunicação à Autoridade Tributária. -----

Assim, proponho que, para efeitos de submissão à aprovação da Assembleia Municipal na sua próxima sessão, seja deliberado:

Propor à Assembleia Municipal que fixe em 4% a participação municipal no IRS (abdicando de 1%) para o próximo ano”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **12 – AMCB – COMPARTICIPAÇÃO NACIONAL DE PROJETOS APROVADOS. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que a AMCB - Associação de Municípios da Cova da Beira candidatou e conseguiu a aprovação de projetos com financiamento POSEUR, POCTEP e PPEC – ERSE – ENERAREA; Tratando-se de projetos em que o Município é parceiro e, estando totalmente executados ou em fase de execução, propõe-se que seja deliberado ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, atribuir o valor de € 12.218,93 (doze mil duzentos e dezoito euros e noventa e três cêntimos). A transferir sob a forma de transferência de capital, que corresponde à parte acordada para comparticipação do município no respetivo projeto, relativamente ao ano de 2017;-----

Mais se propõe que seja aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **13 – PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DE TAXAS, TARIFAS E OUTRAS RECEITAS A APLICAR EM 2018. -----**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“De acordo com o n.º 1 do Artigo 22º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Penamacor, os valores das taxas municipais são automaticamente atualizados todos os anos, de acordo com o Índice de Preços no Consumidor, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, relativo aos últimos 12 meses; -----

Atendendo a que a variação média do Índice de Preços no Consumidor, dos últimos 12 meses à data da apresentação do Orçamento Municipal, fixou-se em 1,24%; -----

Como tal, propõe-se que seja deliberado: -----

1 - Aprovar aplicar a taxa de 1,24%, às Taxas, tarifas e outras receitas municipais, a partir de 1 de janeiro no ano de 2018. -----

2 – Aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que seja desde logo eficaz”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **14 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----**

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 10.894.876,98 euros e uma despesa também acumulada de 7.734.247,84 euros e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----**

Dada a palavra ao público presente na reunião, ninguém quis fazer uso da mesma. -----



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dez horas e quarenta minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, \_\_\_\_\_, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

\_\_\_\_\_  
Teresa Bento Ribeiro

\_\_\_\_\_  
António Luís Beites Soares

Ref.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_